

A FORTALEZA DA UTOPIA LATINO-AMERICANA

de Octávio Ianni,
O labirinto Latino-americano.
(Apresentação para a edição em espanhol)
Paz e Terra, 1993

POR LÚCIO FERNANDO OLIVER COSTILLA
Professor titular da Universidade Nacional
Autônoma de México, e professor visitante na
Pós-graduação em Sociologia da Universidade
Federal do Ceará. O livro em espanhol foi
preparado em 1996.

As livrarias latino-americanas têm hoje, nos seus estantes, mais um livro essencial para indagar sobre a nossa identidade comum a partir da argumentação sociopolítica: a tradução para o espanhol, pela Universidade Nacional Autônoma de México, do livro do sociólogo brasileiro Octavio Ianni, *O labirinto latino-americano*.

América Latina se desmancha sob a mundialização do capital, hegemônica pelos Estados Unidos de Norteamérica, gerando uma forte competência e isolamento entre os países da região. Porém, lutam contra dito desaparecimento tanto a vivência diária das populações, que participam de legados comuns da história, as migrações constantes entre seus habitantes, a multiplicidade de convênios e acordos comerciais, políticos e culturais entre os governos (Mercosul, Aladi, Caricom, etc.), o imaginário utópico latino-americano, assim como o conjunto de problemas compartilhados de carácter econômico, político e cultural.

Os intelectuais comprometidos com o desenvolvimento da região têm começado elaborar uma nova reflexão sobre América Latina, cheia de novos conteúdos. E uma resposta à fala domi-

nante na mídia e na propaganda dos governos, que fazem dos países isolados atores quase únicos da vida econômica e política. Também as políticas dos grandes empresários transnacionais se põem de costas à autodeterminação sub-regional latino-americana: tudo pela inserção subordinada e isolada à globalização.

O livro de Octávio Ianni revisa quatro aspectos-chaves do novo pensamento latino-americano: 1) a crítica de alguns conceitos dualistas, associados com a reflexão social tradicional de América Latina, tais como o confronto entre modernização e atraso, civilização e barbárie, institucionalidade e instabilidade política, desenvolvimento e subdesenvolvimento, etc; 2) o complexo sentido da questão nacional nos momentos atuais, em que domina uma tendência a que o nacional seja absorvido pela mundialização da vida econômica e cultural, situação na qual, paradoxalmente, diversos fenômenos e forças sociais ligados ao nacional e ao local, adquirem uma vitalidade renovada; 3) as mudanças na democracia e no Estado nacional, pela globalização e transnacionalização da economia. Por último, 4) o conjunto de idéias, noções e teorias com que os latino-americanos nos autoconhecemos, e que, para nós, têm um conteúdo específico, próprio, distinto à visão européia ou norteamericana...

O tratamento de Ianni tem posições sumamente rigorosas e de alto nível científico, sem deixar de ser acadêmicas, (construídas com a rigorosidade dos conceitos teóricos) e se baseiam também numa definição política substantiva. Ianni chama às coisas por seu nome; por exemplo, quando escreve sobre a situação da democracia e o Estado na nossa região ele nós diz: "Desde a fun-

dação dos Estados nacionais, na América Latina predominam as forças não democráticas; o simplesmente antidemocráticas".

Cada um dos capítulos do livro está enriquecido com uma fecunda lista de citações que contém uma bibliografia de referência, o que é um aporte para o estudo dos temas discutidos. O autor fez o livro pensando em dialogar com estudiosos acadêmicos sobre a região. Nesse sentido se entende que seja a Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México, a primeira em apresentar o material para o público universitário hispano-falante da América Latina.

Nesta apresentação do livro para os leitores de língua espanhola, eu vou apresentar algumas reflexões que a sua leitura me gerou.

a) Uma necessidade urgente hoje para América Latina é atualizar a sua procura de um objetivo próprio de desenvolvimento. Ianni denomina a esse propósito a busca contraditória de ocidentalização de América Latina. Uma viagem que, ele diz, sempre é procura e negação, reconhecimento e recriação. Em nosso entender essa problemática analisada por Ianni remete a uma inquietude básica que atormenta os intelectuais dos países atrasados (colonizados e descolonizados) desde os inícios do século passado: como estar à altura do mundo, como universalizar-se para viver a hora atual com todas as potencialidades sociais possíveis, superando formas de produção e de vida atrasadas e caducas, e assim mesmo coparticipar na crítica das novas formas modernas.

Justo Sierra, o intelectual mexicano de inícios de século, manifestou essa busca de atualidade na aspiração democrática universal. Sua obra teórica e prática do

final do século XIX está encaminhada a conjugar uma proposta de industrialização com um desenvolvimento da democracia política para México e América Latina. Mas tanto a indústria como a democracia teriam que assemelhar-se aos seus similares europeus. O universalismo democrático de Justo Sierra expressou essa procura de ocidentalização, mas não foi muito longe na sua realização prática devido a sua concepção positivista evolucionista: a democracia teria de chegar por uma evolução política lenta do povo mexicano, baseada na educação, sem apreciar as travas sociais e políticas para o referido processo.

O jovem Marx expressou essa mesma inquietude universalizante nas suas cartas de juventude (1843), quando perguntava-se se a velha Alemanha poderia estar algum dia à altura de Inglaterra ou França, cujas sociedades e estados para então, já viviam os resultados da revolução industrial e da revolução política modernas respectivamente. Embora para Marx o problema não era só a modernização capitalista da Alemanha, pois isso significaria passar só em nível dos demais países europeus avançados. Para ele a crítica tinha que ir mais para lá, até ser uma crítica paralela do mundo mais avançado, e com relação a Alemanha, até a crítica dos aspectos modernos da sociedade Alemanha: sua filosofia do direito. Em sua crítica do capitalismo europeu Marx deu uma resposta não só nacional e sim mundial.

E em realidade esse é o requerimento principal para as ciências sociais da nossa região: explicar e criticar nosso atraso latino-americano. Mas não para pensarmos no espelho neoliberal do capitalismo mundial, não para ocidentalizarmos à maneira norte-americana ou europeia, com o seu

individualismo egoísta, sua exploração industrial e cibernética, sua violência social, sua alienação e sua máquina de guerra e ódio nacional. Fazer a crítica do atraso junto com a crítica da modernidade de que faz parte, que existe hoje na aldeia global e que impede o nosso desenvolvimento pela dependência e pela subordinação. A crítica tem que demonstrar o porque da crise do Estado nação, as causas de que exista no mundo todo, uma sociedade de exploração irracional dos homens e da natureza, além de uma nova exclusão social e uma falta de valores humanistas, junto a uma concentração de riqueza e poder anormais nos países de capitalismo avançado e em nossos países.

Nossa verdadeira ocidentalização tem que associar-se aos aportes que América Latina possa dar à crítica e a renovação da democracia política, à reforma da produção e da vida, ao humanismo e ao comunitarismo radical renovado, isto é, à liberação nacional e social do mundo atual. Não estamos buscando em Ocidente o que as suas sociedades avançadas são agora, *estamos junto ao ocidente lutando por um mundo distinto*. Nossa definitiva ocidentalização, então, vai se lograr quando a América Latina fizer o aporte novas de opções para o mundo contemporâneo.

b) Uma colocação fundamental de Ianni é demonstrar no livro que as antinomias tradicionalmente usadas para explicar a nossa realidade latino-americana não são verdadeiras contradições. Os dualismos são falsos; em realidade trata-se de situações interconectadas, em que os fenômenos retrógrados são aspectos gerados pelos fenômenos avançados: a barbárie aludida pelos autores renomados do século passado não foi no seu tempo resultado de um

fracasso da civilização para chegar a todos os lugares ao mesmo tempo; foi desde sempre o fenômeno que acompanhou ao progresso, à super-exploração dos trabalhadores servís, aos quais foi negada a riqueza, a educação e a liberdade, por parte de uma sociedade e um Estado oligárquico explorador, que, embora, tiveram recursos para cultivar processos de alta cultura social: a civilização.

Outro exemplo: a institucionalidade política. O acatamento das leis e o respeito aos processos da institucionalidade política fundamentam a sua existência em anteriores ciclos de instabilidade política que quebraram violentamente as travas que uma sociedade tradicional e um Estado autoritário colocaram. Quase sempre tem sido necessário uma revolta popular e uma instabilidade para que o Estado aceitasse as mudanças e desenvolvesse a institucionalidade. Então instabilidade e institucionalidade são irmãs gêmeas.

O desenvolvimento das cidades com sua grande variedade de serviços tem sido concomitante com o empobrecimento do campo, cujos recursos são levados para as urbes: a crise econômica é a base de um novo enriquecimento dos donos do dinheiro, da mesma maneira que a maior acumulação de riquezas e de poder (neo-oligarquização) que acompanha ao novo crescimento econômico financeiro está baseado na exclusão de uma maioria social que engrossa as faixas de pobreza e que já não participa nem do processo produtivo, da comercialização e dos serviços vinculados à modernização. Isso quer dizer que desenvolvimento para uns é subdesenvolvimento para outros, que crescimento econômico e modernização é exclusão social para outros.

Nestas alturas das ciências sociais é obrigatório aceitar que o pen-

samento social ocidental dominante até hoje tem sido e é em muitos aspectos simplista e excludente. A velha fórmula de que A não é B e faz exclusão de B, resulta evidentemente falsa. Para entender o mundo atual, e especialmente para compreender a América Latina hoje é imprescindível abrir-nos à compreensão de que A inclui a B, o pressupõe, o implica. O refinamento institucional e a luta civilizada e regulamentada da política nos Estados e nas grandes cidades metrópoles da região, assenta-se normalmente na (a pressupõe) opressão brutal e na violência no campo e no mundo do trabalho. A riqueza, o desenvolvimento tecnológico e científico, a educação dos países avançados tem como base a super-exploração dos recursos naturais e do trabalho social tanto na América latina como nas áreas tercerizadas dos países de capitalismo avançado. A mesma coisa pode se dizer das mega-cidades que são núcleos extraordinários de desenvolvimento industrial, comercial e de serviços, cujo fundamento é a migração rural proveniente de um campo empobrecido e sem recursos, mesmo que na verdade ficou pobre por ter financiado durante décadas o desenvolvimento industrial das cidades (veja-se por exemplo, a discussão dos anos de 1970 sobre o colonialismo interno).

Os problemas sociais não têm existência isolada. Para os caracterizar realmente é necessário estabelecer os vínculos entre cada fenômeno e todos os aspectos da dinâmica social. Somente depois de ter feito o anterior teremos uma visão total e complexa do conteúdo dos fenômenos ditos. Questões como por exemplo a acumulação de capital (tão bem vistas pela sociedade na sua forma de crescimento do produto interno bruto anual), é o outro

rosto da exploração do trabalho social; ou também, o desenvolvimento tecnológico é a outra cara da exclusão social de milhões de desempregados permanentes e de meninos sem escola nem trabalho, etc.. Ou, por exemplo, a incerteza e a pobreza de milhões de latino-americanos é a outra face da geração de novos ricos na região, como o registra periodicamente a revista norte-americana "Forbes". A realidade é multi-lateral e o pensamento não pode ser outra coisa que isso: inter-disciplinar e multi-lateral.

c) Como nos lembra o Ianni, a questão nacional continua atual sob a era da globalização. Nem só está presente na vida diária, senão, sem dúvida, no desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos, na crescente legitimidade do pluralismo e a diversidade. A questão nacional tem hoje conteúdos mais plenos. A idéia ocidental da universalização das sociedades pela via da uniformidade e homogeneização dos seus integrantes tem resultado numa camisa de força para o desenvolvimento multilateral da diversidade. Hoje a universalidade tem que conter a aceitação da diversidade local.

O processo teórico recente procura colocar melhor a importância de um desenvolvimento pela universalização da diferença e não da igualdade, o qual não significa eliminar a reivindicação pela geração de condições de igualdade, como condição para o desenvolvimento pleno de essas diferenças. Como sugere o filósofo português Baoventura Souza Santos, a questão não é substituir um universalismo igualitarista que limpa as diferenças, por um outro que as toma como fenômenos imcomparáveis, e que leva a reconhecer a diversidade mas não a explicá-la, nem a vinculá-la com o todo. Esse

é o caminho à formação de seitas fechadas.

A nação autoritária, unilateral, homogeneizante, burguesa, que hoje ainda predomina em praticamente todos os nossos países, ela está numa verdadeira crise na região. Hoje a nação quer ser uma formação social aberta, em movimento e re-organização, onde os seus membros tenham direitos diversos além da cidadania. Dita nação popular terá que vincular-se com a luta pela democracia para obter um espaço para grandes modificações; espaço no qual possam surgir e desenvolver-se forças sociais, políticas e culturais nacionais, com a capacidade para confrontar-se com a atual hegemonia capitalista autoritária, que sustenta a universalidade da igualdade. A nova sociedade civil terá que reconhecer as suas diversas fisionomias e entender a necessidade da organização e luta para se manter viva. Sem dúvida a internacionalização dos mercados e mercadorias eleva a tendência de que a nação fique somente como uma mensagem cultural prescindível, como um folclore de fim de semana. Embora, as novas conceituações do nacional permitam fazer a associação da nação com a expressão plena do particular dos seres universais. Também nesse sentido um desenvolvimento latino-americanista pode ser concomitante com o universalismo dos nossos tempos, o qual já não deveria ser um universalismo igualitarista, se não é também um que aceita a diversidade e a diferença.

d) Um grande problema da região latino-americana em tempos da globalização é o crescente enfraquecimento do Estado nação que vem da falta de comprometimento dos grupos dominantes com o seu país, assim como da força e influência do domínio transnacional.

Como constata o Ianni existe um real declínio do Estado nação em quanto a sua soberania. Embora seja mais necessário que nunca para manter a dominação pela via das instituições, estratégias políticas e socioculturais. O declínio da soberania corresponde em extensão e profundidade com as novas formas do domínio dos grupos econômicos e políticos transnacionais. Existe também uma tendência para subsumir a terra numa economia mundial e sob um Estado também mundial, situação na qual eles organizarem e controlem o conjunto dos recursos sociais disponíveis, assim como os processos produtivos, políticos e ideológicos.

Depois de uma década de tempos conservadores (como foi a caracterização do sociólogo equatoriano Agustín Cueva) podemos constatar que o retorno à democracia em alguns países tem significado afirmar o Estado neoliberal transnacionalizado, junto a um desenvolvimento de procesos e práticas democráticas. Tem havido certamente um desenvolvimento da cultura política cidadã junto a um agravamento da pobreza, o desemprego e a exclusão sociais.

O antes dito levou a uma parte da intelectualidade a desiludir-se com o desenvolvimento democrático, o qual coloca em cima da mesa a questão da legitimidade dum Estado que vive da governabilidade mas não resolve problemas sociais urgentes. São poucos os casos em que a cidadania realmente tem a ver com soluções aos problemas sociais como a saúde, a educação, a violência, etc. Os Estados latino-americanos têm reduzido as suas políticas públicas ao pagamento da dívida externa e interna e o orçamento dedicado as políticas sociais é uma porcentagem muito baixa do gasto público. Em geral o que prevalece são as políti-

cas neoliberais do chamado "Consenso de Washington".

O que é a democracia parlamentar nas nossas sociedades latino-americanas, especialmente hoje que a democracia está apresentada como o objetivo máximo a obter? O que significa a existência de um povo nacional cujas maiorias vivem na exclusão social e na marginalidade, embora faça parte do desenvolvimento da democracia?

Para refletir sobre as interrogantes ditas, convém duas considerações: primeiro, a democracia, objetivo a alcançar pelos povos modernos, não resolve por ela mesma os problemas sociais. A democracia faz parte do âmbito do político, do estado político na forma republicana mesma que se baseia na separação do político do âmbito privado e social. Os assuntos que têm a ver com a condição social: o trabalho, emprego o salário, a moradia, fazem parte do privado social, embora em alguns Estados, os chamados Estados de bem estar, tenham tido intervenção positiva nessas questões sociais.

Nesse sentido o Estado neoliberal fala de ter colocado as coisas no seu lugar segundo a teoria da separação entre âmbito político e âmbito privado. Daí que a democracia, isto é, a participação da sociedade nos assuntos públicos, não leva a uma correção dos grandes males do capitalismo atual, seja da dependência dos países latino-americanos ou o desemprego e a pobreza.

Ante o desenvolvimento democrático, o bloco de poder composto por elites econômicas e políticas têm optado por uma via alternativa para salvaguardar as suas políticas e os seus recursos: a separação entre o âmbito político parlamentar e o âmbito da política econômica nacional e local. Esta política é levada a cenários

de "concertação privados" entre empresários, trabalhadores e governo. Nas câmaras não discutem-se os problemas referidos à política econômica, nem aqueles que têm a ver com o uso do orçamento do poder executivo. Tem se utilizado a separação entre o poder legislativo e o poder executivo para excluir ao primeiro de determinados assuntos públicos de importância fundamental. Isso tem definido ainda mais a tendência moderna a que o poder real (quem tem nas suas mãos as decisões) fique concentrado no executivo, deixando para o poder legislativo e judicial tarefas secundárias de debate, representação e fiscalização.

Outro aspecto referente à democracia é que ela constitui um espaço aberto para a luta social, embora quem quase sempre controla a vida política, tanto dentro como fora das próprias instituições, é, quem desde sempre tem sido educado para mandar, que é a expressão pública da hegemonia capitalista: a nova tecnocracia moderna especializada. Quem tem os aparelhos de poder, quem tem o domínio do conhecimento especializado, nas mãos e quem ganha na democracia. Nesse contexto o logro da democracia republicana não poupa todo o trabalho de construir uma hegemonia própria aos trabalhadores, hegemonia que implica uma outra visão do mundo e a construção de políticas distintas para os problemas sociais. A consecução da democracia, o desenvolvimento da cidadania, a existência de plenos direitos políticos não significa o triunfo dum cultura política democrática dos trabalhadores, nem a sua real participação nos assuntos do Estado. Pode significar o êxito de uma visão empresarial privada nos assuntos sociais. Por isso a democracia não pode ser somente um objetivo. Tem também que ser o espaço

em que confrontam-se opções hegemônicas diversas e em que os trabalhadores desenvolvem seu próprio perfil de políticas nacionais, estaduais e locais.

e) O Estado nacional tende à obsolescência? Este, que é um argumento muito corrente em nossos tempos, está carregado de reducionismo econômico e de mentiras. A globalização da produção econômica mundial, do capital e do trabalho, está realmente levando à aldeia mundial que transgride os limites estatais e nacionais. Porém, concomitantemente a ditos *procesos económico sociales* só na Europa Ocidental existe um processo político de criação democrática tendencial de um Estado regional, a União Européia. Na América não existe nada similar e, falar da obsolescência do Estado nação só serve para aceitar as políticas de um Estado Americano regional que manda autoritariamente, e que é conformado pelo governo de Estados Unidos, de organismos empresariais transnacionais como o Conselho das Américas, e de organismos financeiros multinacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Esse Estado transnacional norte-americano não expressa a construção democrática de um Estado político regional que substituiu ao Estado nação em América Latina, e sim revela a imposição autoritária de uma política econômica de benefício ao grande capital transnacional norte-americano. Frente a isso o Estado nação latino-americano, como expressão da vontade de soberania política e de soberania nacional dos povos segue vigente, como faz há duzentos anos, embora as tendências inevitáveis da globalização.

O livro de Ianni tem sido tanto o fio gerador como condutor

das anteriores reflexões. Seguro que sua leitura provocará nos leitores latino-americanos muitas outras considerações que multiplicarão o pensamento e a sensação de que América Latina merece viver.

SECULARIZAÇÃO E MODERNIDADE RELIGIOSA

de Júlia Miranda,
Horizontes de Bruma: os limites questionados do religioso e do político.
São Paulo, Maltese, 1995

POR FÁTIMA REGINA GOMES TAVARES
Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa Social IFCS-UFRJ. Doutoranda em Sociologia IFCS-UFRJ

No bojo de uma produção sociológica crescente acerca de uma temática até bem pouco tempo marginal para a área¹, o trabalho de Júlia Miranda sobre o Cristianismo de libertação na América latina traduz-se numa tentativa ousada- e a meu ver, bem sucedida- de reflexão sobre a atualidade da questão religiosa na sociedade ocidental.²

No que diz respeito à produção acadêmica e tecnológica em torno do tema, parece haver hoje em dia um duplo consenso:

- 1) o caráter plural e multifacetário dos fenômenos religiosos e a consequente complexidade dos critérios de abordagem a serem adotados para a sua compreensão;
- 2) para além da diversidade os movimentos apontam para uma característica comum, qual, seja, um discurso que denuncia o fracasso do projeto da modernidade. Esse consenso, no entanto, em nada minimiza a sensação de perplexidade diante desta “realidade”

que se encontra, mais do que nunca, na ordem do dia, atravessando pesquisas e discussões sobre o tema.

A despeito de abordar uma questão que, no primeiro momento, poderia ser identificada como pontual e circunscrita à um corpo delimitado de análise, a autora pretende dar conta de uma reflexão muito mais ampla do que a princípio o “recorte” escolhido poderia requerer. Articulação entre a problemática mais geral ao campo religioso e a especificidade do cristianismo de libertação e de sua teologia é feita com maestria, de modo a compor um quadro bastante claro das implicações e dos limites do objeto tratado no âmbito do contexto da modernidade religiosa.

Seguindo esta linha de raciocínio, a autora, logo no início do trabalho, chama a atenção para a importância de repensar a atualidade do fenômeno religioso e sua escrita relação com a problemática mais geral da modernidade. O que se pretende rediscutir, portanto, não diz respeito somente à uma esfera de sentido relativamente autonomizada, mas antes, à própria dinâmica da redefinição de fronteiras verificadas no âmbito da modernidade e que informa diretamente a problemática dos movimentos políticos-religiosos.

O caminho de compreensão da atualidade do fenômeno religioso apresentado no trabalho, passa pela problematização das representações em torno do que se convencionou chamar de modernidade, com ênfase especial em uma delas: aquela que reivindica como condição de sobrevivência à supressão da religião, por entender que a estrutura cognitiva da sua visão de mundo apresenta uma incompatibilidade de fundo com relação à pri-